



## **Ação Coletiva Para a Transição Agroecológica – Mutirões Como Ferramenta Para a Construção da Agroecologia na Zona Rural de Rio Pomba**

Amanda Bonadiman da Silva<sup>1</sup>; Amanda Silva Dutra Vieira<sup>2</sup>; Arthur Martineli Ianase<sup>3</sup>; Marcelo Mauad Silva<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Graduanda em Agroecologia pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. E-mail: [amandabonadiman@hotmail.com](mailto:amandabonadiman@hotmail.com); <sup>2</sup>Graduanda em Agroecologia pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. E-mail: [amanda.agroecologia@gmail.com](mailto:amanda.agroecologia@gmail.com); <sup>3</sup>Graduando em Agroecologia pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. E-mail: [arthur.mvp@gmail.com](mailto:arthur.mvp@gmail.com); <sup>4</sup>Graduando em Agroecologia pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. E-mail: [marcelo.mauad@gmail.com](mailto:marcelo.mauad@gmail.com)

**Resumo:** O modelo hegemônico imposto pela agricultura moderna, fez com que os agricultores tradicionais perdessem parte de seus costumes e técnicas de manejo. Agricultores e agricultoras trabalhavam em sistema de mutirões nas comunidades rurais, onde trocavam serviço e tinham ali um momento de partilha. Este relato de experiência tem por objetivo descrever e discorrer sobre os mutirões organizados pelo Coletivo Agroecológico de Rio Pomba-MG. Este coletivo é fruto da organização de estudantes e profissionais formados do Curso de Agroecologia do IFSudeste – MG – Campus Rio Pomba, grupo que atua no fortalecimento da Agroecologia na região. O mutirão é uma proposta para resgatar práticas antes comuns nas comunidades rurais. Semanalmente, ocorrem os mutirões com os objetivos de sanar parte das necessidades de mão de obra nas propriedades e de formação e disseminação dos conhecimentos agroecológicos.

**Palavras-chave:** construção coletiva; saber popular.

### **1. Introdução**

Atualmente, a modernização da agricultura proposta pela revolução verde<sup>1</sup> vem trazendo desigualdade e dependência aos agricultores/as familiares, que por sua vez encontram-se reféns das tecnologias oferecidas pelo *agrobusiness*, através das exigências propostas pelo mercado, ou até mesmo restrições da linha de crédito destinado à agricultura familiar.



Este modelo se mostra desfavorável à construção socialmente justa da agricultura, pois promove um mercado de produtos e insumos agrícolas<sup>1</sup> que não tem caráter popular, já que suas bases estão fundadas no individualismo e no poder aquisitivo dos agricultores. Esse padrão vem gerando consequências sociais e ambientais irreversíveis, como a marginalização dos agricultores/as familiares e a contaminação dos solos e águas. A linha de desenvolvimento rural no país visa fomentar esse sistema de produção convencional, o que impede a criação de políticas públicas acessíveis que atenda a esses pequenos produtores, os quais são responsáveis pela produção de mais de 70% (IBGE, 2006) dos alimentos base da mesa do brasileiro.

Com a instalação da agricultura industrial e a crescente cultura da urbanização, os/as agricultores/as passaram de protagonistas para agentes passivos da agroindústria. Segundo Caporal e Azevedo (2011), o modelo “científico” da Revolução Verde continua sendo causador de destruição da biodiversidade [...], estreitando a base genética da qual depende nossa alimentação [...] e enfatizando as monoculturas e a produção de *commodities*. Além disso, houve uma expressiva perda nos conhecimentos tradicionais, através do êxodo da juventude do campo para as metrópoles, uma vez que, a transmissão desses conhecimentos é passada entre gerações.

Segundo BARAHONA (1987) e TOLEDO (1991), citado por SCHIEDECK (2007), os saberes populares transmitiam-se de geração a geração por meio de processos de memória coletiva, constituindo o que esses autores conceituam como um “corpus de conhecimentos”, que, aliado à criatividade e experiências dos indivíduos, orientavam uma “práxis” frente ao ambiente.

A Agroecologia, segundo LEFF (2001), é um novo paradigma produtivo, uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável no campo. Esta nova perspectiva técnico-científica vem como uma nova forma de desenvolvimento rural, resgatando o saber popular, com um olhar holístico sobre as unidades agrícolas, buscando, através da ciência, da prática e do movimento desenvolver ações alternativas para os agricultores alcançarem a independência, propondo novos meios de produção que gerem renda satisfatória e qualidade de vida.

---

<sup>1</sup> A revolução verde, segundo Mussoi (1985), aparece em 1945, com a propaganda de que acabaria com a fome, através de um pacote tecnológico baseado em sementes com alto potencial produtivo, dependente de grande quantidade de insumos e irrigação.



A troca de saberes enfatiza o conhecimento popular ancestral, o empoderamento torna os agricultores ativos dentro de seu papel na sociedade. Na saúde, o poder nutricional das plantas é valorizado nos sistemas agroecológicos. Estes três pilares afirmam o potencial da agroecologia aplicada nas dimensões sociais, econômicas e culturais. Partindo da premissa dos pilares da agroecologia, a construção deste saber deve ser baseada no conjunto de experiências de todos os atores envolvidos com a construção do saber. “Dentro deste processo, a agricultura de base ecológica tem se convertido em uma via utilizada por agricultores familiares para fazer frente à exclusão econômica e social e à deterioração ambiental, utilizando-se distintas formas associativas.” (COSTABEBER, 2000, p. 50). Desta forma, tem-se no associativismo uma ferramenta na luta por uma produção justa de alimentos saudáveis e estas ações participativas têm sido uma alternativa viabilizadora da transição agroecológica.

No município de Rio Pomba, a agroecologia começou a ser difundida a partir da criação do curso Tecnólogo em Agroecologia no ano de 2006, no Instituto Federal Campus Rio Pomba. Devido às poucas aulas práticas oferecidas pelo curso, um número crescente de estudantes tem buscado a zona rural, a fim de se aprofundar nos conhecimentos da Agroecologia na prática.

A realidade do campo se fez presente e a integração dos estudantes com os agricultores/as locais culminaram na identificação das necessidades particulares. Segundo agricultores/as da região, a mão de obra no campo e a coletivização das atividades estavam se perdendo, fato esse que aliado à vontade dos alunos de botar em prática as questões e as técnicas abordadas pela agroecologia, resultou no resgate de uma prática tradicional de troca de serviços, que é o mutirão.

Em 2014 essa prática se ampliou e, a partir daí, se identificou um coletivo, integrando outras atividades de cunho alternativo que estavam sendo efetuadas no local, esse coletivo foi denominado Coletivo Agroecológico de Rio Pomba (CARP). Com a concretização do CARP, o mutirão passou a atuar semanalmente, de forma rotativa em função das demandas trazidas pela comunidade e, posteriormente, por agricultores vinculados à Rede Mãos à Horta – que se trata de um projeto de extensão elaborado por estudantes do Instituto que fomenta a economia solidária.



Este projeto busca formas alternativas de escoamento dos produtos em transição agroecológica, visando o “empoderamento” e autonomia dos agricultores envolvidos, tornando-os independentes dos atravessadores. Como na região de Rio Pomba há uma predominância da agricultura familiar, incentivar práticas coletivas que resgatem o conhecimento tradicional mostra-se como uma importante ferramenta para o autorreconhecimento, e consequente valorização social dos agricultores, e para o fortalecimento das relações cooperativistas na comunidade.

Dentre as diversas atividades coletivas realizadas pelo CARP, destacam-se o saneamento rural (construção de fossas evapotranspiradoras em diversas propriedades), atividades agrícolas (plantio, capina, preparo do solo, implantação de sistemas agroflorestais), construções ecológicas, entre outras práticas necessárias para a inserção da agroecologia na região. Essas atividades são a oportunidade que os estudantes do Curso de Agroecologia tiveram para implementar unidades demonstrativas, com o intuito de afirmar a eficiência das técnicas e estimular a visão crítica da comunidade em relação ao modelo que lhe é imposto. “É válido lembrar que o curso recebe e realiza uma forte influência na agricultura familiar local, devido a sua localização, seja pela vivência de diversos estudantes da agroecologia que moram nas áreas rurais, seja pela grande necessidade de assistência às propriedades [...] (COSTA, 2013, p. 3).”

A ocupação da zona rural de Rio Pomba pelos/as estudantes tem se mostrado um fator favorável para a reunificação dos antigos moradores, segregados por influência de anos de imposição da agricultura industrial. Os novos moradores valorizam seus conhecimentos e demonstram interesse na união da comunidade, criando assim uma relação de troca de saberes.

Acredita-se que para as práticas dos mutirões se perpetuarem, independente da atuação do coletivo, as relações interpessoais devem estar fortalecidas dentro da comunidade. Segundo Costabeber (1998), um dos traços mais significativos do processo de introdução de práticas agrícolas mais respeitadas com o meio ambiente é o papel que desempenham as formas associativas, de tal modo que se pode afirmar que a ação coletiva é um elemento fundamental para compreender-se a consolidação de novos estilos de agricultura. Tanto o conhecimento acadêmico tem a contribuir com o campo, como o saber tradicional deve ser a base pras pesquisas científicas.



A agroecologia como ciência deve visar à comunicação como a ferramenta para expansão desse paradigma na comunidade. A partir da experiência empírica adquirida pelos estudantes, estes passam a ter uma visão crítica sobre a realidade e os desafios dos produtores rurais, conhecimento importante para formação de futuros profissionais, capazes de refletir e fomentar ações. Como afirma Caporal (2011), a realidade agrária e agrícola tem requerido profissionais com capacidade para enfrentar a verdadeira complexidade da agricultura familiar em todas as suas nuances e não apenas na questão técnica.

As instituições de ensino, como os Institutos e Universidades Federais, têm forte influência no desenvolvimento rural das regiões em que atuam, este relato de experiência comprova que a criação de um curso formal em agroecologia contribuiu para a construção desta ciência na região. Embora a metodologia dos cursos seja convencional, sabe-se que um dos desafios é a contratação de docentes que apresentem formação em agroecologia. Mesmo assim, há uma evolução dentro da academia, o curso teve início em 2006 com a formação de Tecnólogos em Agroecologia, até passar por mudanças transformando o curso em Bacharel em Agroecologia.

Em 2014, a grade do curso sofreu uma nova mudança se adequando às condições estabelecidas pelo CREA-MG, para que os agroécólogos, depois de formados, tenham o registro profissional equivalente ao de engenheiro agrônomo, a fim de que estes possam ocupar espaço em cargos públicos e outros diversos serviços. Os bacharéis em Agroecologia ainda não são reconhecidos pelo Conselho Regional do Estado, como cita Costa (2013).

É necessário que ocorram discussões entre as representações dos cursos superiores em agroecologia, juntamente com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com o objetivo de regularizar a profissão de agroecólogo. É evidente que a direção tomada pelos cursos precisa ser discutida junto a estas referências citadas, para que surjam propostas de ações para a contínua evolução dos cursos, pois se sabe que estes estão sujeitos ao “desvirtuamento dos princípios e fundamentos científicos já bem estabelecidos” (Caporal, 2011, p. 175).



O trabalho que vem sendo desenvolvido no município de Rio Pomba deve ser compartilhado com outros núcleos e grupos interessados, a fim de fortalecer o movimento nacional de educação em agroecologia. Acredita-se que a agroecologia é um paradigma em construção e é através dessa troca de vivência, construção coletiva do conhecimento, solidariedade e participação de todos os elementos na tomada de decisões é que a agroecologia se consolida como uma ciência holística, considerando todas as formas de vida.

## **2. Descrição e reflexões sobre a experiência**

Todas as ações que compreendem o mutirão se baseiam em metodologias participativas, onde o entendimento popular e acadêmico são primordiais para sua constante (re)construção. As ações se originaram com encontros entre estudantes das primeiras turmas do Curso de Agroecologia. Estes encontros eram mensais e aconteciam no IFSEMG – Campus Rio Pomba e na casa de estudantes moradores da zona rural de Rio Pomba. Tinham como objetivo fortalecer as relações, trocar experiências e realizar atividades práticas.

Após a consolidação da Rede Mãos à Horta e da identificação do CARP, a comunidade se tornou mais próxima da academia, e através de diálogos trouxe à tona as dificuldades e desafios dos agricultores/as locais. Com o trabalho da Rede, pode-se observar também que um dos grandes desafios para a transição agroecológica é a disponibilidade de mão de obra e a falta de orientação quanto às técnicas utilizadas. A coletivização do trabalho era uma prática comum nas comunidades, que aos poucos foi perdida diante da erosão cultural causada pela modernização do campo, que incluiu maquinários em seu pacote e com isso reduziu a necessidade de mão de obra humana e animal. Modernização esta que prometeu desenvolvimento e gerou/gera graves problemas no campo, como o êxodo rural e a exclusão social dos agricultores.

Um dos objetivos desta prática é, além da realização das demandas de serviço, disseminar a construção da agroecologia no âmbito acadêmico aliado ao conhecimento tradicional dos agricultores. Este espaço se consolida hoje como local de aprendizado individual e coletivo, possibilitando aos



estudantes vivenciarem a prática e conhecerem a realidade local e os moradores das comunidades e se perceberem como atores sociais, valorizando seus conhecimentos. Baseado na filosofia freiriana, Brito (2011, p. 11) afirma que “ensinar não deve ser apenas transferência de conteúdos, mas um ato de respeito ao próximo, com sua bagagem e particularidades”.

Diante do atual perfil das famílias rurais e o agravamento nas condições de vida dos agricultores, os jovens não se sentem atraídos para permanecerem no campo. Acabam então, saindo de seus núcleos familiares rumo às grandes cidades, seja por reconhecerem a atividade agrícola como algo negativo, seja pela busca de atividades que lhes ofereçam lazer e renda atrativa ou até mesmo a busca pela escolarização. A problemática da questão surge quando se torna crescente a população idosa no meio rural em decorrência do êxodo de jovens, pois a agricultura familiar precisa da sucessão de jovens para a continuação das atividades na caminhada do desenvolvimento rural. Nas experiências com mutirões percebe-se o interesse dos jovens da área rural em participar das atividades quando os estudantes comprometidos estão presentes. Desse modo, a juventude vislumbra um novo cenário rural, um cenário de possibilidades, inserção e valores. Os moradores rurais também se sentem estimulados, pois a renda é fomentada pela venda de produtos locais aos estudantes e membros da comunidade.

As regiões de atuação dos mutirões são escolhidas de acordo com as demandas dos agricultores em transição agroecológica parceiros da Rede e nas casas de outros moradores das comunidades. Procura-se, entre os participantes dos mutirões, fazer o diagnóstico da área junto à pessoa responsável pelo lugar, considerando as opiniões e propostas vindas dos integrantes. Cada um deve exprimir suas experiências de vida com a agricultura, prezando por todo o tipo de conhecimento. Este momento procura fazer com que todos se reconheçam como educadores, desde o contato com o saber tradicional, o saber acadêmico, as relações pessoais até as relações com as crianças e inserção destas nas práticas, sem que haja hierarquia do conhecimento.

Dentre as atividades realizadas estão: construção de fossa evapotranspiradora, que atende à necessidade de saneamento ambiental acessível aos moradores, uma vez que os tratamentos de esgoto na zona rural são precários e estão afetando negativamente a qualidade da água de rios importantes na região e a saúde dos moradores; capina de culturas em geral, como capina do feijão e hortas com o



intuito de apoiar a não utilização de herbicidas e capina para formar áreas produtivas, conforme ocorrido na comunidade quilombola dos Coelhos, em que o mutirão foi solicitado para abrir uma área que hoje é utilizada para cultivar alimentos que atendem os programas PNAE E PAA; colheita de culturas; plantio de milho crioulo consorciado com crotalária; implantação de Sistemas Agroflorestais; construções rurais com técnicas e materiais ecológicos provenientes de fontes renováveis, que busca a aplicação de alternativas construtivas de baixo impacto ambiental e custo reduzido. Contudo estas construções só são viáveis mediante muita mão de obra, podendo-se dividir em módulos o que é viabilizado nos encontros.

Outra atividade desempenhada no mutirão é o manejo da palmeira Juçara (*Euterpe Edulis*), espécie nativa da Mata Atlântica de importância para o desenvolvimento social, ecológico e econômico. A extração de seus frutos tem gerado renda para os agricultores familiares, tornando-os protagonistas de todos os processos de colheita e beneficiamento. No passado, era realizada a extração ilegal do palmito juçara, o que acarretava a morte da planta, pois em sua fisiologia não existem mecanismos de rebrota, implicando a longo prazo a extinção da espécie. O repovoamento faz parte do manejo e é através de mutirões de dispersão de sementes e plantio de mudas que é realizada a propagação e a conservação do bioma. A região é um polo da Rede Juçara, esta articula e estimula organizações e produtores de sete estados brasileiros a reproduzir e preservar a espécie. Essa parceria reforça a dinâmica dos mutirões relacionados à palmeira e enfatiza os saberes teórico-científicos.

Partindo do princípio que o mutirão é também o resgate de culturas, consideramos o ato de se alimentar um componente que descreve os traços culturais de uma determinada região. A fonte da geração de renda influencia nesses traços, como é o caso do milho. Nos mutirões é notória a tradição do uso do milho nos almoços de partilha, como por exemplo, o angu, receita típica da população mineira e frequente nas refeições oferecidas aos membros que compõe o mutirão. Quando se fala em alimentação tradicional, é relevante lembrar das PANCS (Plantas Alimentícias Não Convencionais), reconhecidas e utilizadas na culinária da população rural há décadas. Esse reconhecimento é importante, pois ressalta a biodiversidade brasileira de alimentos disponíveis nos quintais, tornando a população menos dependente das colocações alimentares da agroindústria, merecendo destaque as hortaliças não



convencionais ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) e a taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), típicas da culinária mineira. Assim o mutirão percebe a alimentação como um tipo de bem cultural que deve manter uma função e um significado.

### 3. Diálogo com os princípios e diretrizes da educação em agroecologia

A realização semanal dos mutirões contribui como ferramenta importante da educação em agroecologia no município Rio Pomba – MG e região. Através de práticas e troca de saberes, estudantes e agricultores/ras fortalecem a construção de uma agricultura ética, produtiva e emancipatória.

- **Princípio da vida**

Processos e fenômenos agrários podem ser compreendidos de maneiras distintas, segmentadas ou holísticas. A visão segmentada da agricultura se limita em pontos específicos como as técnicas e a produção. Uma compreensão holística, além desses pontos, considera a existência de uma conexão entre o ambiente e seres vivos. As práticas e diálogos realizados durante os mutirões buscam valorizar essa relação. Ao se trabalhar com o solo, espécies adaptadas ao local e variedades crioulas são as preferidas, além de possuírem genes adaptados à região, carregam também uma história, de agricultores e agricultoras que desta variedade produzem e produziam parte de seu sustento e da sua cultura. Parte das sementes produzidas, são armazenadas e utilizadas entre participantes da Rede Mãos a Horta, trocas de sementes e outros(as) interessados(as).

A importância da fauna também é destacada, sua conservação e seu desenvolvimento estimulado, através do enriquecimento de matéria orgânica no solo, aplicação de microrganismos eficientes, e plantio de espécies atraentes de insetos e microrganismos benéficos.

Em termos de saneamento, a região possui deficiências comuns em áreas rurais, dejetos são despejados em rios e outros reservatórios de água, causando uma perda significativa na qualidade e quantidade de vida de animais, microrganismos e plantas. Por isso, mutirões são organizados com o objetivo de construir fossas evapotranspiratórias, destinando corretamente os dejetos produzidos na



moradia e sendo opção viável para moradores/as da região. Os mutirões possibilitam, além de benefícios à propriedade, uma oportunidade de troca de experiências e fortalecimento do senso comunitário.

- **Princípio da diversidade**

As lavouras cultivadas em Rio Pomba-MG concentram sua produção em três principais produtos: milho, feijão e café. O município é de grande relevância na bacia leiteira da região, por isso existem muitas áreas de pastagens. O bioma nativo é a mata atlântica, porém apenas pequenos fragmentos de florestas podem ser encontrados.

A agricultura é predominantemente familiar e fortemente influenciada por grandes empresas, as quais fornecem sementes transgênicas e produtos químicos nocivos ao ambiente e seres vivos. A fim de resgatar a importância das plantas nativas e sementes de variedades crioulas dos agricultores e agricultoras, os mutirões se utilizam destas para serem disseminadas entre os participantes e em projetos do IFSEMG – Campus Rio Pomba. Também são realizados mutirões em que se realizam capinas e sensibilizações quanto ao uso de agrotóxicos.

As demandas dos mutirões são feitas pelos próprios moradores/as, considerando as prioridades, viabilidade da realização e princípios ecológicos. Os participantes do mutirão têm a oportunidade de aprender sobre reconhecimento e utilização de diversas espécies, técnicas agrícolas, e hábitos e costumes locais transmitidos através de agricultores/as, entre eles uma comunidade quilombola. Alguns moradores/as são estudantes do IFSEMG-Rio Pomba e podem contribuir com saberes de vivência e da academia científica.

- **Princípios da complexidade e da transformação**

O mutirão é uma forma de trabalho comunitário e troca de saberes, é aberto a qualquer pessoa. Este trabalho em conjunto pode ser utilizado como um mecanismo de reprodução sociocultural e do conhecimento (Andrade, et. al., 2016). Os objetivos são construídos a partir da sugestão dos moradores/as. Os/As participantes são em sua maioria estudantes do IFSEMG – Rio Pomba, habitantes da região conhecida como Bom Jardim e agricultores locais. Moradores/as mais antigos do Bom Jardim, como o Seu Joaquim, agricultor aposentado de cerca de 70 anos, que ao tomar conhecimento



que mutirões estão acontecendo, relatou que essa prática era realizada no passado com o nome de ‘cerão’. Ele reconhece como uma forma de ajudar os vizinhos e de ser ajudado. As experiências são sempre lembradas de maneira positiva e se contentam por estarem acontecendo novamente.

A falta de mão-de-obra é relatada por proprietários/as rurais da região, os mutirões podem cobrir uma parte dessa demanda, como por exemplo, mutirões de capina e colheita que são orientados pelos/as agricultores/as. As construções ecológicas são feitas baseadas na vontade do proprietário e considerando técnicas ecológicas já testadas e de eficiência comprovada. Como na propriedade do Márcio Soares, em que uma casa está sendo bioconstruída com o auxílio dos mutirões.

O trabalho em conjunto dos mutirões que são realizados por estudantes do IFSEMG – Rio Pomba, Rede mãos à horta e agricultores/as, está formando uma grande rede, concretizando a educação em agroecologia em Rio Pomba-MG, formando bases sólidas em que um dos objetivos principais é a continuidade e a inclusão de uma diversidade de atores/as. Através do resgate da essência dos mutirões dos agricultores/as que já aconteciam e em conjunto com os parceiros, acreditamos que esse trabalho está enraizando este costume na região de Rio Pomba como forma de trabalho comunitário e ecológico, e como reprodução do saber e da cultura popular.

#### **4. Considerações Finais**

Após o acontecimento de muitos mutirões, percebe-se uma maior integração da academia com a comunidade, através de diálogos horizontais e empoderadores. Os objetivos alcançados têm notória importância na educação em Agroecologia na comunidade local e dentro dos cursos formais, contribuindo para o aprendizado mútuo entre estudantes, professores e moradores da comunidade. Os laços entre estes polos têm sido cada vez mais estreitados, confirmando mais uma vez a grande abrangência que o conhecimento agroecológico tem.

A partir da construção coletiva, a dinâmica adotada nos mutirões tem sido a cada dia aprimorada pelos atores sociais envolvidos. É possível perceber mudanças práticas no meio rural, como a confiança que os agricultores têm nos estudantes e como há atualmente uma maior abertura para



conversa entre eles. Muitos desafios ainda estão sendo superados. Diante da atual situação que vivemos no país, as ações construídas coletivamente se fazem necessárias para gerar autonomia, tanto na produção agrícola, tanto na formação do pensamento crítico dos envolvidos. Formar educadores em agroecologia, sejam eles estudantes ou líderes das comunidades, é o grande viés do fortalecimento de uma agricultura que sirva à vida e não ao capital.

## Referências

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

COSTA, Raoni Nazareth. *A (in) formação contextual na educação agroecológica do curso de Bacharel em Agroecologia pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba na ótica do discente*. Cadernos de Agroecologia, v. 8, n. 2, 2013.

AGROPECUÁRIO, IBGE Censo. *Agricultura familiar*. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2006.

LEFF, Enrique. *Agroecologia e saber ambiental*. Agroecologia e desenvolvimento rural Sustentável, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

COSTABEBER, José Antônio; MOYANO, Eduardo. *Transição agroecológica e ação social coletiva*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.

ANDRADE, Josiele Pantoja et al. *“O labor também é prazer”*: a prática e o sentido dos mutirões na comunidade Monte Sião, São Domingos do Capim-PA. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, 2016.

MUSSOI, Eros Marion. *Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar*. Revista do Centro de Ciências Rurais, v. 15, n. 1, 2009.